



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS**



**ANELISE PEIXOTO DOS SANTOS
BIANCA FERMINO SERTORI**

INFLAÇÃO NA ERA COLLOR:
fatores geradores e desdobramentos

Limeira
2017



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS**



**ANELISE PEIXOTO DOS SANTOS
BIANCA FERMINO SERTORI**

INFLAÇÃO NA ERA COLLOR:

fatores geradores e desdobramentos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Van Noije

Limeira
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva – CRB 8/9281

Sa59i

Santos, Anelise Peixoto dos, 1995-
Inflação na era Collor : fatores geradores e desdobramentos / Anelise Peixoto dos Santos, Bianca Fermino Sertori. - Limeira, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Paulo Van Noije.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Plano Collor. 2. Liquidez (Economia). 3. Inflação. 4. Privatização. I. Sertori, Bianca Fermino, 1995-. II. Van Noije, Paulo, 1981-. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Collor plan

Liquidity (Economy)

Inflation

Privatization

Titulação: Bacharéis em Administração Pública

Banca examinadora:

Paulo Van Noije [Orientador]

Pier Francesco de Maria

Data de entrega do trabalho definitivo: 04-12-2017

Autor: Anelise Peixoto dos Santos

Título: Inflação na Era Collor: fatores geradores e desdobramentos

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Pública

Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas

Autor: Bianca Fermino Sertori

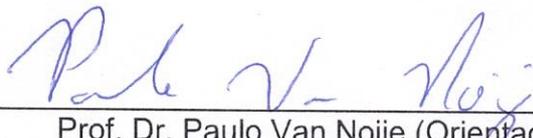
Título: Inflação na Era Collor: fatores geradores e desdobramentos

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Pública

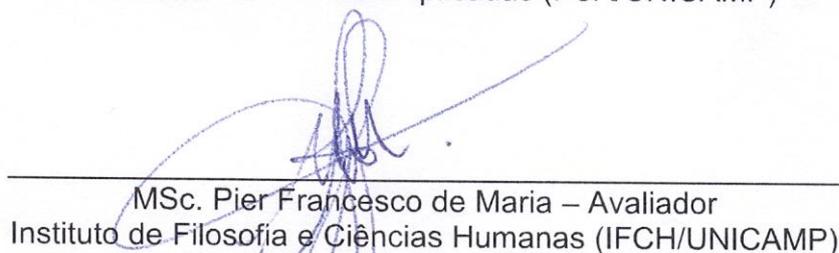
Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas

Aprovado em: 4 / 12 / 17.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Van Noije (Orientador – Presidente)
Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP)



MSc. Pier Francesco de Maria – Avaliador
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP)

Este exemplar corresponde à versão final da monografia aprovada.



Prof. Dr. Paulo Van Noije (Orientador – Presidente)
Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso orientador Prof. Dr. Paulo Van Noije, que nos auxiliou e proporcionou todo o suporte necessário durante o processo de elaboração e desenvolvimento deste trabalho. Agradecemos aos nossos pais, que nos incentivaram e acompanharam nossa jornada acadêmica. Aos nossos amigos que estiveram conosco tanto em momentos de descontração, mas também nas dificuldades que a elaboração deste projeto nos trouxe. E, por fim, ao nosso companheirismo que nos permitiu compor este artigo, podendo dividir os obstáculos e compartilhar as ideias.

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.”
(Simone de Beauvoir)

SANTOS, Anelise Peixoto dos; SERTORI, Bianca Fermino Título: Inflação na Era Collor: fatores geradores e desdobramentos. Ano 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública.) – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2017.

RESUMO

Este trabalho é produto de um estudo que trata dos Planos Collor I e II no início da década de 1990, com ênfase no que foi realizado pelo então presidente Fernando Collor de Mello para tentar segurar as altas taxas de inflação do período. O artigo preocupa-se em contextualizar quais os eventos geradores da alta inflação na década de 90, por isso foram estudados o período entre 1950 e 1980. Foram utilizados os métodos histórico e comparativo para selecionar referências científicas consultadas em plataformas acadêmicas digitais e exemplares da área econômica, de autoria preponderantemente nacional, norteadas por palavras-chave que remontavam o interesse da pesquisa. Após um histórico de instabilidade provocado por algumas medidas econômicas frustradas entre as décadas de 50 e 80, os Planos Collor (I e II) foram criados com o intuito de controlar a inflação através, principalmente, do bloqueio da liquidez e o congelamento de preços e salários, no entanto, as ações não foram bem sucedidas, uma vez que o índice inflacionário permaneceu com taxas elevadas. Para discutir outros desdobramentos econômicos ao final do Plano foram analisados a taxa de desemprego, próxima de 6% no ano de 1992, e outros indicadores como PIB, balança comercial, perspectiva da liquidez e privatizações, que permitiram observar resultados melhores no quesito taxas de exportação se comparados com a década de 80. As medidas econômicas adotadas por Collor não foram eficazes, principalmente no que tange ao controle da inflação, dado que o planejamento principal visava estabilizar as taxas inflacionárias, ambos objetivos não sendo atingidos. Ademais, a hiperinflação gerou consequências ainda mais impactantes à economia brasileira, principalmente após o bloqueio da liquidez – ato mais criticado pelos especialistas -, mas, ressaltando que tal nível de criticidade do cenário econômico foi somado à ações e planos mal executados nas décadas anteriores ao governo Collor.

Palavras-chave: Plano Collor. Bloqueio de Liquidez. Inflação. Privatização.

SANTOS, Anelise Peixoto dos; SERTORI, Bianca Fermino Título: Inflação na Era Collor: fatores geradores e desdobramentos. Ano 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública.) – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2017.

ABSTRACT

This work is the product of a study that deals with the Collor I and II Plans in the early 1990s, with emphasis on what was done by the president Fernando Collor de Mello to try to control the high inflation rates of the period. The article contextualizes the events that resulted in high inflation in the 1990s, so the period between 1950 and 1980 was studied. Historical and comparative methods were used to select scientific references consulted in digital and academic platforms of the economic area, of predominantly national authorship, guided by keywords associated to the interest of the research. After a history of instability provoked by some frustrated economic measures between the 1950s and 1980s, the Collor Plans (I and II) were created to control inflation mainly through liquidity blockage and the prices and salaries freeze, however, the actions were not successful, since the inflation index continued with high rates. In order to discuss other economic development at the end of the Plan, the unemployment rate was analyzed, close to 6% in 1992, and other indicators such as GDP, trade balance, liquidity and privatization perspective, which allowed better results in export rates if compared to the 1980s. The economic measures adopted by Collor were not effective, especially in relation to the control of inflation, since the main planning was aimed at stabilizing the inflation rates, both objectives were not accomplished. Furthermore, hyperinflation has had even more impact on the Brazilian economy, especially after the liquidity blockage - an act most criticized by the experts -, but stressing that such level of criticality in the economic scenario was added to the actions and plans that were not well executed in the decades preceding the Collor government.

Keywords: Collor Plan. Liquidity Blockage. Inflation. Privatization

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Pagamento de Juros do Setor Público (% PIB).....	23
Tabela 2	Taxa anual de inflação.....	24
Tabela 3	Crescimento do PIB (%), exportações/importações (US\$ bi) e saldo comercial no Brasil entre 1990 e 1994.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) – Var. % mensal de 1950 a 1963.....	19
Gráfico 2	Produto Interno Bruto – Taxa de variação real no ano – Var. % anual de 1964 a 1974.....	20
Gráfico 3	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) – Var. % mensal de 1964 a 1980.....	21
Gráfico 4	Produto Interno Bruto – Taxa de variação real no ano – Var. % anual de 1975 a 1988.....	22
Gráfico 5	Importação de bens (US\$ bilhões) de 1984 a 1994.....	31
Gráfico 6	Taxa de Desemprego Aberto de 1990 a 1994 (%).....	32
Gráfico 7	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) – Var. % mensal de 1989 a 1994.....	33
Gráfico 8	Reservas internacionais – Conceito Liquidez – Total – Anual – US\$ (bilhões).....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN/ BCB	Banco Central do Brasil
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
EAESP/ FGV	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
FAF	Fundo de Aplicações Financeiras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IOF	Imposto sobre Obrigações Financeiras
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Política Industrial de Comércio Exterior
PND	Plano Nacional de Desestatização
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SBFGV	Sistema de Bibliotecas da Fundação Getúlio Vargas
SBU	Sistema de Bibliotecas da Unicamp
TR	Taxa Referencial
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O HISTÓRICO DA INFLAÇÃO NAS DÉCADAS ANTERIORES AO GOVERNO COLLOR.....	16
3	A DÉCADA DE 90 E O PLANO COLLOR.....	25
4	O GOVERNO COLLOR E SUAS REPERCUSSÕES.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de compreender melhor o papel da inflação no início da década de 90, criou-se este estudo, com ênfase no âmbito econômico, mais especificamente nas principais realizações durante os planos Collor I e II. Foram considerados os fatores sob a perspectiva da liquidez no período, das privatizações, do PIB e da balança comercial.

A base deste trabalho pauta-se em constatar e exemplificar os métodos utilizados por Collor, que tinha por finalidade regular e reprimir a inflação durante o período em que esteve na presidência no Brasil (1990-1992). Tratar essa questão faz-se importante para a compreensão sobre um marco político-econômico na história do processo de democratização e regulação econômica do Brasil. Sua análise possibilita, ainda, caracterizar e criticar as ações executadas à época.

Collor foi o primeiro presidente a ser eleito através de eleições diretas após vinte anos de ditadura militar. Por isso, usar-se-á como ponto de partida neste artigo os anos ocorridos durante a década de 50, seguida pela era de ditadura militar, períodos que predispuseram os agravantes econômicos que culminaram nas altíssimas taxas inflacionárias na década de 1990.

O estudo leva em conta os fatores e as condições que precederam a situação econômica caótica e conturbada do Brasil quando o presidente entra em exercício, pois o câmbio encontrava-se desvalorizado, as tentativas de conter a inflação anteriormente não haviam funcionado, mesmo com a criação e aplicação de variadas políticas econômicas, como o congelamento de preços no Plano Cruzado e a indexação dos preços.

Apresentar o contexto no qual o presidente Fernando Collor assumiu o posto da presidência permite a avaliação sob diferentes óticas acerca dos motivos que impulsionaram o presidente a sancionar as drásticas e abruptas medidas instauradas na economia em um sucinto espaço de tempo no qual esteve no poder da União. Este trabalho questiona, em primeira instância, quais fatores contribuíram para que as medidas fossem colocadas em prática a partir da contextualização das décadas anteriores ao governo Collor, e pauta a discussão sobre as decisões tomadas as quais trouxeram consequências para o Brasil após o fim de seu mandato – inclusive dividindo críticas quanto à sua compreensão.

Os artigos e dados analisados para a construção deste trabalho foram pesquisados em plataformas acadêmicas, tais quais o SBU (Sistema de Bibliotecas da Unicamp), SBFGV (Sistema de Bibliotecas da Fundação Getúlio Vargas) e Revista de Economia Política, embasadas nos temas pertinentes ao tópico norteador deste artigo, principalmente as palavras-chave “Collor”, “inflação” e “bloqueio de liquidez”. Foram utilizados para seleção das referências tanto o método comparativo - para averiguar os governos anteriores ao de Collor sob o olhar do desempenho da economia e da situação da inflação -, quanto o método histórico, que permitiu investigar os fatores que, no início da década de 90, culminaram na origem do Plano Collor, sendo analisados ao todo dezenove artigos científicos, seja de autoria nacional, preponderantemente, ou internacional. A periodicidade referencial focou essencialmente em informações da década de 1990, por tratar-se de uma análise histórico-econômica, mas, utilizou-se, também, de conteúdo disponibilizado mais recentemente, entre 2006 e 2017.

O artigo foi dividido em cinco sessões incluindo esta introdução; a sessão dois engloba os históricos de inflação nas décadas anteriores à década de 90 no Brasil, com o objetivo de contextualizar em quais circunstâncias a economia se encontrava e o que motivou a criação do Plano Collor. Com esta bagagem, é possível seguir para a sessão três, na qual se pode compreender o que foi o Plano Collor, a maneira como foi implementado e as condições econômicas da década. Na sequência, a sessão quatro trata dos desdobramentos ocasionados pelo Plano, permitindo a avaliação do cenário brasileiro através de alguns índices, tais quais PIB, inflação, balança comercial, entre outros. E, por fim, a sessão cinco tece algumas considerações finais.

Apresentadas as propostas e finalidades deste artigo, é possível seguir para a sessão dois que trará um breve histórico das décadas de 50 a 80, constatando em ordem cronológica os acontecimentos relevantes que resultaram no objeto de estudo em questão.

2 O HISTÓRICO DA INFLAÇÃO NAS DÉCADAS ANTERIORES AO GOVERNO COLLOR

Foram compiladas algumas informações e acontecimentos históricos que auxiliam a contextualização e entendimento dos períodos pré, durante e pós a gestão de Fernando Collor que serão exploradas ao decorrer deste artigo. O intuito é agrupar aspectos que retratam o cenário econômico nacional, e a partir deles a seção atual visa apresentar e buscar o entendimento da trajetória da inflação anterior a década de 90.

Antes de discorrer sobre o período entre a década de 1950 e 1980, abordar-se-á alguns termos econômicos específicos e suas funções utilizadas no decorrer deste estudo. Dado que a discussão gira em torno dos planos econômicos, com destaque para a questão inflacionária, de antemão será discorrido sobre a moeda e suas funções.

Em sua essência, a moeda consiste em um vetor de troca que simplifica e permite o câmbio de bens e serviços. Já a unidade de conta padroniza unidades de valor, e por fim, a reserva de valor possibilita garantir a riqueza e manter a rentabilidade ao longo do tempo, sendo a moeda física ou eletrônica (Carvalho et al, 2015).

O termo liquidez contempla ativos que podem ser facilmente trocados sem que haja perda de valor e possuem taxa de conversão conhecida, como exemplificado por Carvalho (et al. 2015) acerca dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos. Portanto, por outro lado, ativos ilíquidos são bens que podem ter seu valor depreciado ao longo do tempo, como máquinas e outros equipamentos, ativos que são adquiridos por empresas, conhecidos como bens de capital.

Feita essa breve apresentação de alguns termos que serão utilizados, esta sessão irá apontar, de forma sucinta, os fatos históricos e econômicos que marcaram o Brasil durante as décadas de 50 a 80, uma vez que estes episódios resultam no quadro econômico da década de 90, em análise neste artigo.

A partir da década de 1950 houve o aumento da participação do Brasil na economia internacional, impulsionado pelo processo de industrialização nacional, que contou com alto investimento e participação do Estado. O governo Vargas possibilitou que fossem atrelados insumos à indústria produtora de bens de capital com o objetivo de prover uma base para o desenvolvimento econômico. O processo

foi realizado através de parcerias com os Estados Unidos e empréstimos públicos (CAPUTO ; MELLO, 2008).

No período entre 1950-1980, o Brasil crescia em média 7,4% ao ano, muito por conta da política de substituição de importações. Segundo Bielschowsky (1988 apud GIAMBIAGI et al., 2011), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) sugere que o modelo de substituição permitiu aos países subdesenvolvidos atingirem um nível de industrialização mais equiparado às demais nações precursoras do advento da industrialização mundial.

Até a década de 60, o Brasil recebeu investimento estrangeiro em abundância, que provinha do capital de multinacionais que visavam ser instaladas no país, as quais também se beneficiaram do processo de substituição de importações. A modernização da indústria nacional foi realizada com a compra de bens de capital, facilitada pela importação sem cobertura cambial nos equipamentos, sem que houvesse a necessidade da aquisição de divisas para garantir o pagamento (CAPUTO; MELLO, 2008).

No fim da década de 50 até o início da década de 60, no governo de Juscelino Kubitschek, o encorajamento para a entrada do capital estrangeiro estava acompanhado do Plano de Metas (1956), ainda com o objetivo de prover a modernização e a industrialização do país, como já havia sido realizado anteriormente, além da construção de Brasília. O Plano era baseado no desenvolvimento econômico e na progressão comercial, o que dificultou a contenção inflacionária, como observado no Gráfico 1 – vale ressaltar o lema de JK no governo: “50 anos em 5” -, e pautou-se, inclusive, nos diagnósticos realizados pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e BNDE , o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que, na época, localizava-se no Centro de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, em prol da industrialização contínua e acelerada. Os setores contemplados no plano do governo incluíam: energia, indústria de base, transportes, alimentação e educação. O foco concentrava-se em proporcionar aos brasileiros melhorias no padrão e na qualidade de vida. Como a maior parte do investimento no plano de metas era oriunda do exterior, o governo agiu de modo a facilitar o empréstimo de créditos internacionais com entidades oficiais estrangeiras (CAPUTO; MELLO, 2008).

Após implantado o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, a economia brasileira mostrava crescimento tanto na parte industrial, quanto em investimentos.

Porém, a partir de 1962, durante o governo João Goulart, os índices começaram a apontar o caminho inverso - a recessão - através do déficit da balança de pagamentos, inflação altíssima e aumento da dívida externa, muito por conta dos conflitos sociais e perda de dinamização econômica na substituição de importações. Apesar do plano de metas cumprir com grande parte de seus objetivos, ao final do governo JK a inflação era de 25%, e houve aumento da dívida externa. Em seguida Jânio Quadros propôs a expansão do comércio brasileiro internacional com a Política Externa Independente (PEI), a fim de conquistar negócios com outros países e reduzir os juros cobrados sobre exportadores (VARASCHIN, 2015-2016).

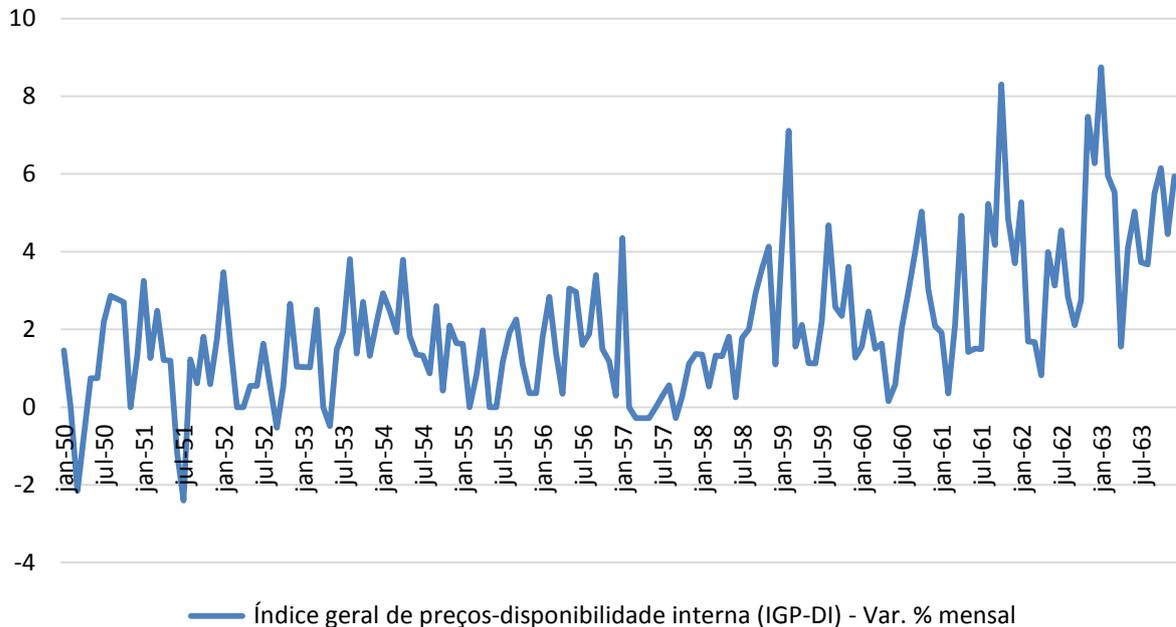
O governo seguinte, de Jânio Quadros, apresentou baixa credibilidade política devido ao contexto internacional de Guerra Fria. O então presidente, que apoiava reformas de base, tornou-se mal visto pela comunidade capitalista nacional e internacional devido ao receio de que o socialismo se alastrasse pela América Latina e chegasse até o Brasil. Além do contexto político conturbado, as heranças deixadas na economia, desencadeadas pelo Plano de Metas, fizeram com que os governos seguintes encarassem problemas como a inflação (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Devido ao crescimento do Índice Geral de Preços do Mercado a partir de 1957, conforme apontado no Gráfico 1, foi apresentado ao final de 1962 o Plano Trienal, a fim de combater a aceleração inflacionária e vulnerabilidade externa do país e, simultaneamente pretendia manter o crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. Mas os objetivos do plano passaram longe de ser alcançados: não houve estabilização em 63, a economia cresceu insuficientemente, enquanto a inflação anual aumentava aníveis exorbitantes¹ conforme é possível observar no Gráfico 1. Foi nesse cenário de instabilidade política e econômica interna e externa que o golpe militar foi aplicado (KERECKI; SANTOS, 2009).

¹ Destaque para o período entre 1951 e 1952. O principal fator gerador da instabilidade no Índice Geral de Preços para esse período foi a Guerra da Coreia. (NOIJE, 2014)

GRÁFICO 1

Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - Var. % mensal de 1950 a 1964



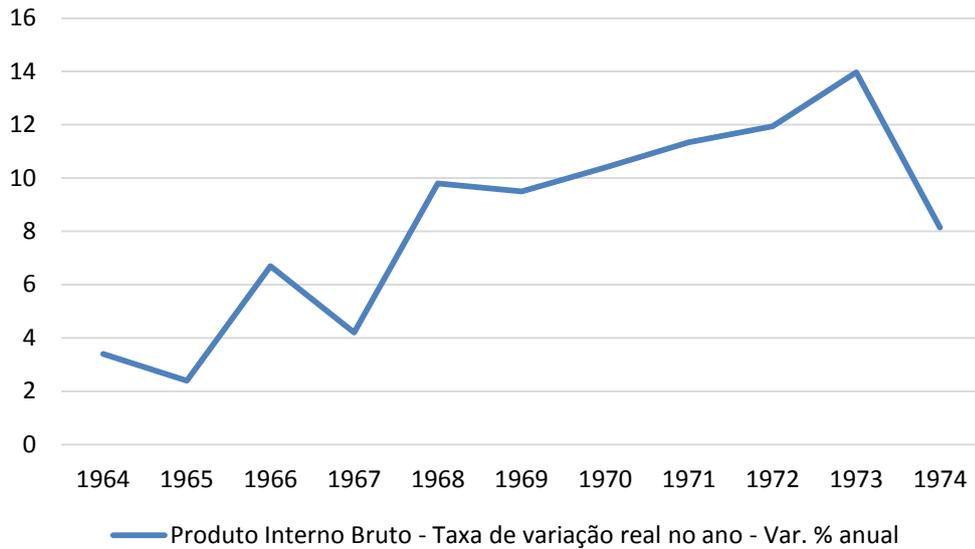
Fonte: Banco Central/FGV. Elaboração própria.

Foram adotadas políticas de estabilização econômica atreladas a transformações institucionais, tendo como exemplo a criação do Banco Central e a correção monetária, instituídas pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Como apontado no Gráfico 3, nota-se a redução no índice Geral de Preços entre 1964 a 1967, passando de algo em torno de 6% mensais para 1% mensais, exceto no ano de 1966, devido ao período de implementação do Programa. Estas políticas prepararam a economia do país para o milagre econômico de 1968 a 1973, com a explosão do crescimento do PIB, conforme mostra o Gráfico 2, quando a economia chega a crescer mais de 10% ao ano por um período considerável. Este é considerado pela literatura o momento (1968-1973) mais perigoso do período correspondente à ditadura militar brasileira. Enquanto as taxas de crescimento ao ano eram positivas e a inflação um pouco mais controlada, como se pode observar no Gráfico 3, em conjunto com a alta liquidez internacional e abertura financeira ao exterior, a parte social piorava com a alta concentração de renda e queda dos resultados mostrados nos indicadores de bem estar social. O

milagre econômico acentuou a desigualdade social e os problemas relacionados à dependência de capital externo (KERECKI; SANTOS, 2009).

Gráfico 2

Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano - Var. % anual de 1964 a 1974

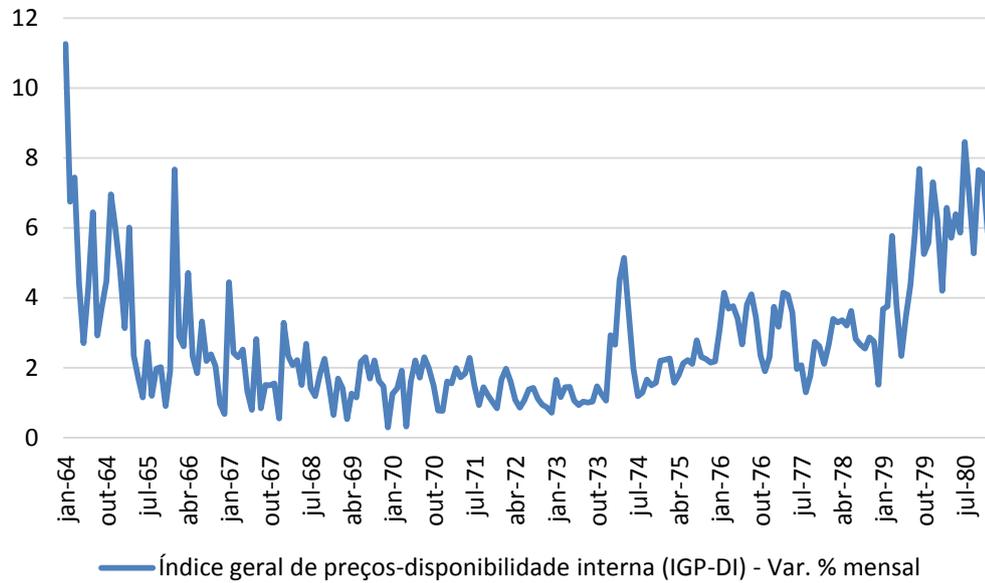


Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Em 74, no governo Geisel, fatores externos, tais quais os dois choques no preço do petróleo e a elevação da taxa de juros norte americana, dificultaram o principal objetivo do general, que era dar seguimento ao crescimento anteriormente alcançado, através do avanço na industrialização, por exemplo. Após a declaração da moratória Mexicana em 1982, ficou cada vez mais difícil para o Brasil angariar financiamentos internacionais, e como saída recorreu ao FMI (Fundo Monetário Internacional), com o objetivo de compensar seu balanço de pagamentos. Dada esta conjuntura, a inflação se torna cada vez mais acelerada, conforme consta no Gráfico 3, tendo o ano 74 um dos picos de inflação da década devido ao choque do petróleo, e medidas consideradas recessivas foram colocadas em prática na política econômica em 1980, tais como: aumento da taxa de juros, controle de crédito ofertado e a redução dos gastos públicos.

Gráfico 3

Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - Var. % mensal de 1964 a 1980

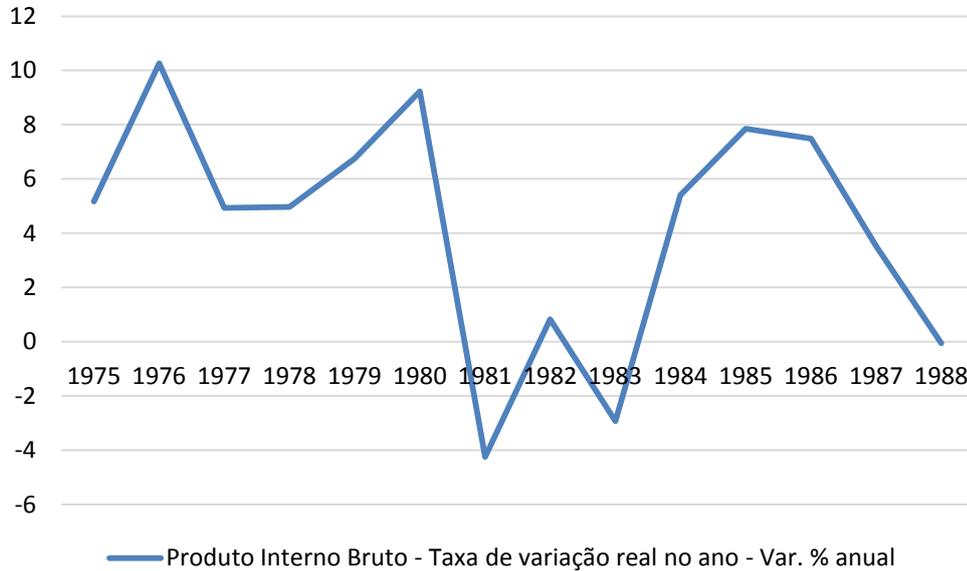


Fonte: Banco Central/FGV. Elaboração própria.

A gravidade do contexto econômico do início da década de 80 pode ser constatada pela brusca queda na taxa de variação real anual do PIB nos anos seguintes. Nesta década também ocorreu uma estagnação da indústria brasileira e atraso tecnológico, o que ajudou a desencadear taxas negativas no PIB nacional de 1981 a 1983, conforme exibido no Gráfico 4 (PINHEIRO; GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ, 1999). Não obstante, tais ações não foram suficientes para conter a inflação, em 1986 surge a ideia do Plano Cruzado como nova tentativa para estancá-la, visto que o percentual de variação do PIB havia sofrido uma melhora em 1984 como aponta o Gráfico 4 (NOVELLI, 2007).

Gráfico 4

Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano - Var. % anual de 1975 a 1988



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

O Plano Cruzado (1986) foi pensado por um grupo de professores e economistas das universidades do Rio de Janeiro e São Paulo, incluindo UNICAMP, Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC- RJ), e Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV). A execução do Plano tinha como finalidade criar empregos, distribuir a renda e contribuir para o crescimento da economia, utilizando como principal ferramenta o congelamento de preços. Nos três primeiros meses as taxas de inflação foram reduzidas de maneira significativa, em fevereiro o valor era de 12,46%, em março o valor diminuiu para 3,18% e em abril 0,48%. Porém, tais mudanças não se mantiveram por muito tempo, e um dos motivos pode ser a flexibilização do congelamento que foram realizadas durante o governo de José Sarney (NOVELLI, 2007).

Para compreender de forma mais clara a instabilidade econômica apresentada durante o governo Collor, é factível observar que na década de 80 – período anterior ao analisado neste artigo - o índice de inflação crescia significativamente, porém ainda não havia se consumado como uma hiperinflação. A alta quantidade de empréstimos feita do exterior para o Brasil e o fato de posteriormente não conseguir quitá-los, fez com que a dívida externa fosse ficando cada vez maior devido à taxa de juros.

É importante frisar que não houve apenas a execução de um modelo econômico, mas também, foi interpretada a necessidade de renegociar a dívida externa. Aplica-se como exemplo a estruturação do Plano Brady, essencial ao processo de estabilização brasileira no final da década de 80. O Plano consistiu na revitalização da dívida externa, e foi aplicado em 32 países com proposta de abatimento dos encargos da dívida, mas, com a ressalva de constituir paralelamente uma profunda reforma fiscal (GIAMBIAGI et al., 2011).

Como demonstrado na Tabela 1 (Pereira; Nakano, 1991), a partir de 1980 a representatividade dos juros pagos por conta do endividamento era de 6,71% em 1983, e atingiu 12,30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 1989. Essa situação culminou com a suspensão da captação de recursos externos pelo Governo – haja visto, também, o quão desinteressante o Brasil tornou-se perante a ótica de investimentos no cenário econômico mundial, e, conseqüentemente, ocasionou na desaceleração do desenvolvimento da indústria brasileira através da substituição do montante de recursos despendidos para o pagamento da dívida externa. (PEREIRA; NAKANO, 1991)

Tabela 1

Pagamentos de juros do setor público (% PIB)

	Dívida externa	Dívida interna	Total	Déficit público
1983	3,70	3,01	6,71	4,4
1984	3,89	3,30	7,19	3,0
1985	4,47	3,44	6,91	4,3
1986	2,89	2,23	5,12	3,6
1987	2,62	2,17	4,79	5,5
1988	2,85	2,88	5,73	4,3
1989*	2,80	9,50	12,30	12,4

Fonte: Banco Central.

* O valor total para o ano de 1989 foi extraído de Banco Central do Brasil: *Programa Econômico Brasileiro*, vol. 24, março 1990, p. 66. Os juros sobre a dívida externa são estimados e os da dívida interna, residuais.

A diferença entre o déficit público (necessidades de empréstimos em termos operacionais) e a quantidade de juros do setor público é o déficit primário ou déficit sem juros. O Brasil só apresentou um déficit primário em 1987 e 1989.

Fonte: PEREIRA & NAKANO, 1991

Pereira e Nakano (1991) discorrem sobre a mudança na política de investimentos ocorrida na economia nacional ao longo dos anos 80, isto sendo evidenciado através das escolhas do governo em relação ao perfil de endividamento, que priorizaram o estancamento da dívida externa em detrimento da sobrecarga das contas públicas. A indexação econômica e o Plano Cruzado (1986) foram mecanismos utilizados na tentativa de evitar com que a hiperinflação corrompesse a dinâmica econômica. Houve tentativas de conter a inflação presente no país, com base na Tabela 2, percebe-se que a taxa anual inflacionária crescia exponencialmente, exceto em 1986, com a contenção temporária ocorrida com a troca de moeda e política econômica, mas, logo retomando os patamares elevados – gerando, assim, a inviabilidade da permanência da indexação aos preços.

Tabela 2

Taxa anual de inflação

Ano	%	Ano	%
1970	19,3	1980	110,2
1971	19,5	1981	95,1
1972	15,8	1982	99,7
1973	15,5	1983	211,0
1974	34,6	1984	223,8
1975	29,4	1985	235,1
1976	46,2	1986	65,0
1977	38,8	1987	415,8
1978	40,8	1988	1037,6
1979	77,2	1989	1782,9

Fonte: IGP/FGV (Índice Geral de Preços – Fundação Getúlio Vargas).

Fonte: PEREIRA & NAKANO, 1991

A construção do cenário realizada neste capítulo mostra que apesar de todas as tentativas de contenção da inflação, nenhuma delas pode solucionar o problema que se agravava cada dia mais, e apresenta a situação econômica do Brasil quando Fernando Collor é eleito em 1990.

3 A DÉCADA DE 90 E O PLANO COLLOR

Consideremos, em princípio, a forma abrupta como o Plano Collor foi inserido e as medidas que foram tomadas para tentar reprimir os efeitos catastróficos da inflação, a partir da lógica econômica utilizada e como o bloqueio de liquidez afetou a economia no país (Carvalho, 2006). Tal bloqueio tinha também como intenção secundária a viabilização do ajuste fiscal; como havia risco de ocorrer uma fuga dos aplicadores caso os juros fossem reduzidos, a meta fiscal foi sujeitada ao bloqueio da liquidez (Carvalho, 2000).

O bloqueio de liquidez foi recorrente na história após a Primeira Guerra Mundial, quando os países sofriam as consequências do desastre de uma guerra para todos os campos, inclusive os da economia pública precisaram de métodos para o financiamento emergencial, especialmente os Estados que haviam acabado de se tornar independentes. Posteriormente à Segunda Guerra, uma nova onda de bloqueio de liquidez foi ocasionada pela ocupação de diversos países durante o período, resultando no controle de preços, redução dos bens ofertados e da inflação descontrolada. Recentemente na década de 80, houve a terceira onda em países da América Latina, como consequência da crise de financiamento externo. Na América Latina podemos elencar na Argentina - o Plano Bonex (1989) -, e no Brasil, o Plano Collor. Sendo estes os países mais afetados pela crise após a guerra, com tentativas mal sucedidas de combater a inflação (Carvalho, 2006).

O nome Plano Collor foi atribuído especificamente para o confisco das poupanças, mas o nome original do plano, que possuía um leque para outros setores, tais como as políticas cambial, de renda, comércio exterior, reforma do Estado e finanças públicas, era o Plano Brasil Novo (Carvalho, 2006).

O Plano Collor era contemplado por medidas de bloqueio de liquidez, ou seja, todo dinheiro que não estava em circulação, localizado nos bancos seria apreendido com a condição de que seria devolvido após 18 meses - dos quais seriam submetidos aos juros de 6% mais a correção monetária. O dinheiro seria devolvido em parcelas durante 12 meses convertidos de Cruzados Novos para Cruzeiros. De acordo com Carvalho (2006), os cruzados novos que haviam sido bloqueados poderiam ser usados para pagamento de impostos, taxas, e contribuições previdenciárias nos 60 dias seguintes a data vigente. Enquanto a transferência para pessoas físicas e jurídicas poderiam ser feitas passadas 180 dias.

O conceito de bloqueio de liquidez, como já mencionado no início deste capítulo, trata da suspensão da movimentação de ativos financeiros (Carvalho, 2006). Uma de suas consequências é a desvalorização de moeda retida. O objetivo do travamento da liquidez era enfrentar três problemas: o risco da monetização acelerada e o aumento de demanda em períodos de desinflação repentina; as consequências da alta liquidez dos haveres financeiros e da moeda indexada; e as condições precárias de financiamento da dívida pública mobiliária (Carvalho, 2006).

Carvalho (2006), considera dois olhares perante a monetização feita ao decorrer do Plano Collor e o aumento da demanda atrelada à inflação: o primeiro trata da satisfação da demanda até o momento reprimida, que seria aliviada pela queda dos juros nominais, apesar da desconfiança sobre os juros reais já embutidos nas taxas aplicadas com receio da volta da inflação; em seguida, é levada em conta a condição propícia ao consumo após a estabilização dos preços. Com o fim do imposto inflacionário, a renda dos cidadãos aumenta o seu poder de compra, após anos de inflação. Porém, o medo de que a inflação voltasse e que os preços tornassem a subir, causou a euforia no consumo imediato (Carvalho, 2006).

Taxas como overnight ofereciam liquidez muito alta e imediata sem perda de rendimento e isso também motivou a proposta de monetização. Em relação às restrições externas, a liquidez dos exportadores permitia que eles escolhessem a qualquer momento quando liquidar o câmbio. Movimentos especulativos eram causados quando o momento de liquidação do câmbio coincidia com maior demanda por ativos em moedas estrangeiras. Devido a isso, o BCB tinha dificuldades em defender o câmbio (Carvalho, 2006).

Para Carvalho (2006), o início do debate perante a monetização e o aumento da demanda atrelada à inflação se deu a partir do crescimento constante de haveres monetários indexados a partir do final da década de 70, conforme se percebeu o risco cambial e de inflação em alta. A indexação foi enrijecida devido às tentativas de manipular indexadores ou prefixá-los. O BCB passou a atrelar de forma informal a taxa do overnight à correção monetária, a fim de reduzir o risco de prejuízos a instituições financeiras que mantinham carteiras de títulos públicos a serem financiadas diariamente com recursos captados no overnight. Assim, resultou o conceito de moeda indexada, segundo Carvalho (2006, p. 117):

Ativos financeiros de curtíssimo prazo, com indexação garantida e liquidez assegurada pelo BCB, reunindo os atributos de liquidez plena e de proteção confiável contra a desvalorização pela inflação.

O BCB era levado a indexar as taxas diárias do overnight às expectativas de inflação, buscando definir patamares previsíveis e relativamente constantes para os juros reais. Também os movimentos no mercado de câmbio se orientavam por uma comparação permanente entre a desvalorização diária da moeda no câmbio oficial e os juros pagos no overnight pelo BCB. A resposta do BCB ao longo do segundo semestre de 1989 foi admitir a indexação dos juros do overnight às expectativas de inflação corrente, e não mais à inflação passada, expressa nos índices de preços divulgados no final de cada mês. O overnight passou a confirmar a expectativa de elevação contínua dos níveis inflacionários, o que foi entendido como sinal de colapso do sistema de indexação.

Outro problema identificado era o do crescimento da dívida interna e as condições precárias para o seu financiamento. Sobre a dívida mobiliária interna as opiniões se dividiam em duas óticas distintas: 1) os que não a achavam tão grande e viam risco de descontrole apenas pelo receio de uma moratória e 2) os que eram mais pessimistas e se preocupavam com três fatores: o tamanho da dívida em relação aos haveres financeiros; as condições precárias de financiamento; e o encurtamento dos prazos, devido à rolagem diária de aproximadamente todo o estoque ocorrida pelo apoio do BCB às instituições financeiras que carregavam os títulos (Carvalho, 2006).

Na tentativa de sanar as adversidades citadas acima, o Plano Collor 1 previu o congelamento de preços, todavia, a medida não era respeitada, a inflação continuava crescendo, e a resultante foi a perda de credibilidade do plano perante a população. O plano Collor também obteve aumento nas arrecadações através de novos impostos e aumento de tributos tais como: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF), dentre outros (GIAMBIAGI et al., 2011).

Porém, em contrapartida o Plano Collor 1 permitiu uma taxa inflacionária reduzida (ainda que alta perante a economia mundial), onde as taxas, até então, fixas de 80% caíram ao patamar de 10% mensais no início da década de 1990, (GIAMBIAGI et al., 2011) mesmo que o ciclo inflacionário previsse uma queda abrupta nos índices – reflexo de ações pontuais do Governo – acompanhada de aumento gradativo num segundo momento. Em 1991, após muito procrastinar a chegada do assunto ao STF houve o indeferimento do Plano com a justificativa de que era injusto tirar a autonomia da população em relação à proibição de retirada de

dinheiro das poupanças e incorreto apropriar-se de bens individuais, mesmo que houvesse a intenção de devolvê-los posteriormente (SERRA; FRANCO, 1991).

Após o fracasso do Plano Collor I, em 1992 foi anunciado o Plano Collor II, que buscava urgentemente alcançar o controle da inflação que girava em torno de 20% ao mês através da redução dos gastos públicos, além da aceleração do processo de modernização das indústrias. Além da extinção da indexação, que dessa forma, não havia mais BTN (Bônus do Tesouro Nacional), que atuava como base para a indexação, e os fundos de investimento de curto prazo, foram criados o Fundo de Aplicações Financeiras (FAF), que teria por rendimento a Taxa Referencial (TR), baseada nas taxas de mercado interbancário para substituir o esquema anterior (GIAMBIAGI et al., 2011).

As principais premissas do Plano Collor II eram: congelamento de preços e salários – implantado como um “controle social de preços” para ser mais aceito - e uma inovação, a mais relevante do Plano: a TR (Taxa Referencial), criada para servir de referência para a taxa de juros no Brasil, sendo um indexador de uso generalizado baseado nas expectativas da inflação. Porém, para ser construída formalmente, a TR precisava passar por crivos tribunais e, desta vez, foi mais rapidamente barrada pelo STF, não podendo ser utilizada para a correção monetária, tratando de repor a perda do valor aquisitivo da moeda. Os planos estavam se tornando cada vez mais mal sucedidos e efêmeros (SERRA, FRANCO, 1991).

Embora medidas tão radicais, consideradas heterodoxas de controle da inflação, como congelamento de preços e salários, bloqueio de haveres financeiros, entre outros, os Planos Collor I e II não conseguiram atingir a tão prometida estabilidade econômica nacional, mostrando que apesar de tão incisivas e severas já não funcionavam como instrumento para combater a inflação (NOVELLI, 2007).

Foi dado oficialmente então o fracasso do plano que visava à estabilização da economia, e quase que concomitantemente a isso ocorreu a demissão da ministra Zélia Cardoso de Mello, decretando o fim da linha da equipe de Collor. Pouco tempo depois, vieram as denúncias de corrupção envolvendo o presidente, o que gerou seu *impeachment* e a posse de Itamar Franco como chefe do Poder Executivo brasileiro (SERRA; FRANCO, 1991).

4 O GOVERNO COLLOR E SUAS REPERCUSSÕES

Os Planos econômicos efetuados por Collor trouxeram consigo a entrada no país de algumas indústrias na década de 90, caracterizado pela considerável internacionalização das indústrias estrangeiras, que foram atraídas ao Brasil por uma série de vantagens tributárias, fiscais e econômicas. Dentre os motivos para o aumento de multinacionais que se instalaram no país destaca-se a política de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), pautada no aporte financeiro vindo do exterior e aplicado na estrutura produtiva doméstica do país (IPEA, 2006), e que influenciou diretamente no despertar de interesses dos investidores. Além disso, o crescimento no número de multinacionais foi também impulsionado pelas fusões e aquisições ocorridas no período (PAULA; MAZZETTO, 2011).

Apesar da postura econômica vigente no início do governo Collor, este não abrigava uma proposta que incluísse o plano de privatização de empresas estatais durante sua campanha eleitoral, pois dificilmente essa política teria apoio da população ou, até mesmo, garantiria suporte político, especialmente por tratar-se de uma ideia conservadora. A ala direita parlamentar não estava adequadamente estruturada em razão do receio de assimilar tal postura à ditadura militar. Empresas estatais contavam com subsídio do governo na realização de suas operações, permitindo reduções no preço pago pela população em tarifas de serviços telefônicos e de energia elétrica, além de produtos como o aço. Pouco tempo depois com a instauração das privatizações, o subsídio foi potencialmente extinto (SCHNEIDER, 1992).

Embora o contexto fosse desfavorável à privatização, como descrito anteriormente, Collor recorreu à desestatização das empresas públicas como estratégia para conter a inflação, diminuir os gastos e reduzir o déficit público, até mesmo porque o Estado não conseguia gerenciar suas empresas de maneira eficiente, visando manter uma operação financeiramente saudável. A privatização surgiu, então, como o caminho mais prático (SCHNEIDER, 1992).

A onda neoliberalista e o incentivo à redução da participação do Estado na economia no início da década de 90 foram circunstâncias que contribuíram para a execução das privatizações das empresas estatais. Estas foram então realizadas através do Plano Nacional de Desestatização (PND), que obteve resultados significativos, finalizando 16 processos de desestatização ao final do governo Collor (VELASCO JUNIOR, 1999). O PND pretendia aumentar o parque industrial, alcançar a

estabilidade e reduzir a dívida pública. A título de exemplo, nos governos Collor e Itamar Franco (1990-1994), foram privatizadas 33 empresas federais nos setores de petroquímica, siderurgia e fertilizantes. As empresas estaduais foram agregadas ao programa posteriormente (GIAMBIAGI et al., 2011).

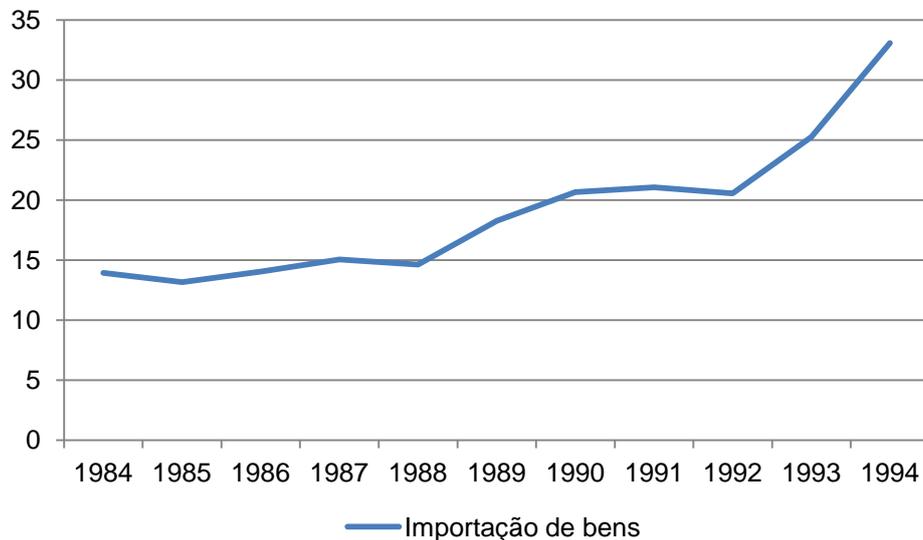
As vendas de companhias estatais resultaram em US\$8,6 bilhões em receita, sendo US\$3,3 bilhões transferidos em dívidas para o setor privado. A tendência neoliberal propiciou políticas de abertura econômica e da privatização de empreendimentos estatais. Dentre elas, a PICE (Política Industrial de Comércio Exterior) que foi essencial para o incentivo e fomento à competitividade no mercado brasileiro, pois, através da redução tarifária permitiu-se que houvesse um fator atrativo ao processo de liberalização econômica (GIAMBIAGI et al., 2011).

Tais medidas de privatização realizadas por Collor foram justificadas pela situação financeira vulnerável das empresas do Estado como já descrito. Porém, as complicadas condições financeiras do período dificultaram a avaliação dos ativos estatais depois de seguidos anos de inflação, complicando o processo de desestatização (GIAMBIAGI et al., 2011).

O governo Collor também promoveu diversas mudanças na política de comércio exterior no início da década de 90, dentre elas, a adoção do câmbio livre e consequente extinção do formato anterior de importação. As alterações reduziram as alíquotas dos produtos tornando mais fácil o processo em si, como apontado no Gráfico 5: entre os anos 1990 e 1994 o valor total das importações aumentou significativamente (GIAMBIAGI et al., 2011), especialmente após 1992.

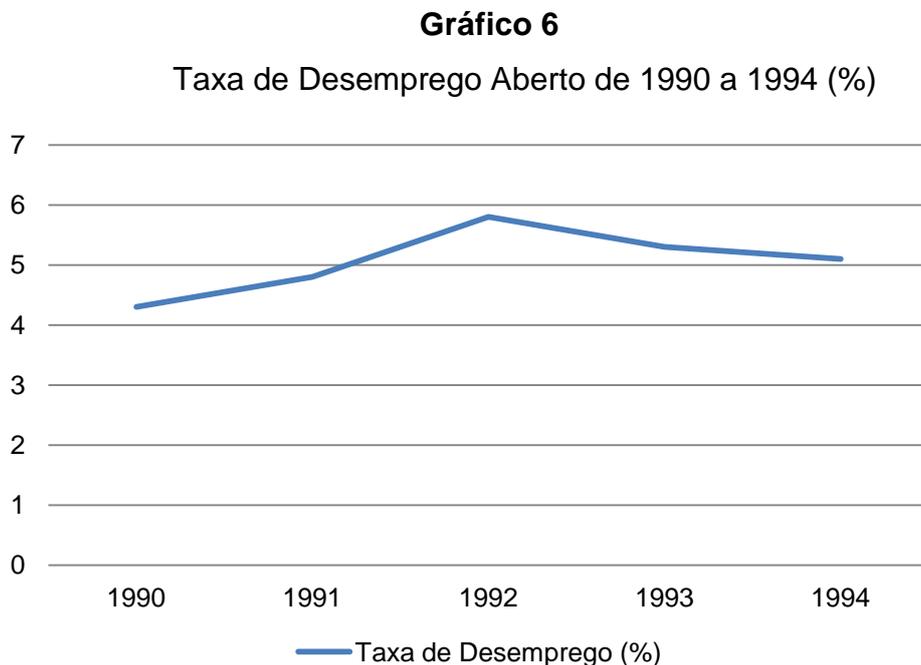
Gráfico 5

Importação de bens em bilhões de US\$ de 1984 a 1994



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Além do cenário de privatização das empresas estatais, outras ações previstas no primeiro plano econômico do então presidente foram: a redução dos salários reais e o impedimento à obtenção do crédito; o bloqueio da liquidez financeira dos brasileiros. O entrave na liquidez consistiu na retenção de todo dinheiro que se encontrava armazenado nas poupanças, impactando negativamente o mercado através do aumento nos índices de desemprego, como observado no Gráfico 6, entre o período de 1990-1994, com destaque para o ano de 1992 no qual o valor se aproximou de 6%. Assim, conseqüentemente, acarretou na redução do poder de compra dos consumidores. O bloqueio das poupanças individuais afetou apenas parte específica do mercado, como os setores automotivo, imobiliário, etc. o que desencadeou uma forte queda dos preços, porém muito pouco para segurar a inflação (SINGER, 1990).



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Outro agente econômico afetado pela restrição financeira aplicada por Collor foi o das empresas privadas, que, como alternativa à descapitalização, recorreram aos bancos e instituições financeiras a fim de realizar empréstimos e manter a economia operando, porém a política de crédito do BACEN era recessiva, tentando extinguir o montante de crédito concedido a empresas, o que manteve a taxa de juros alta fazendo com que muitas indústrias quebrassem ou reduzissem suas atividades (SINGER, 1990).

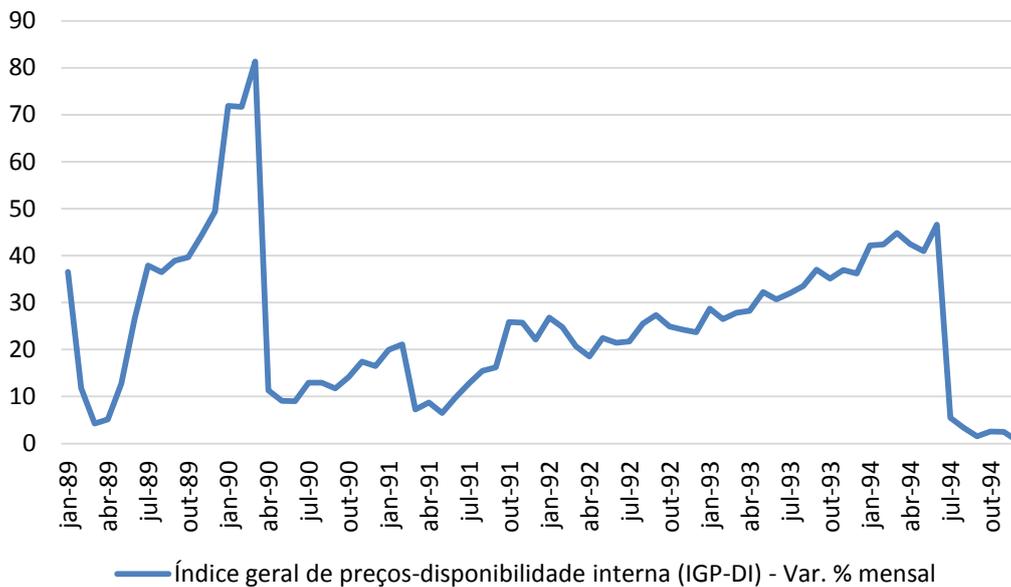
O Plano Collor I girava em torno da premissa “ou recessão profunda ou inflação galopante” e fez também com que a parcela mais pobre da população seja mais prejudicada para atingir a estabilização econômica, ao contrário do que se pensava anteriormente, que somente os ricos sofreriam as consequências (SINGER, 1990).

Após as ações realizadas na economia por Collor durante 1990 e 1991, obtiveram-se resultados efetivos e a inflação foi reduzida de forma brusca, como mostra o Gráfico 7, através de medidas como o congelamento de preços em março de 1990 que reduziu a taxa de variação mensal do índice geral dos preços, que havia atingido nesse período o patamar de 80% mensais. Porém, sua contenção não se estende por muito tempo e ao início de 1992 já crescia novamente, como

apresentado no Gráfico 7. Assim, a queda no desempenho macroeconômico e a dificuldade em estagnar a inflação, acrescida da descoberta pela corrupção no exercício político de Collor culminaram na pressão popular sobre o governo, que obteve como desfecho seu impeachment (SINGER, 1990).

Gráfico 7

Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - Var. % mensal de 1989 a 1994

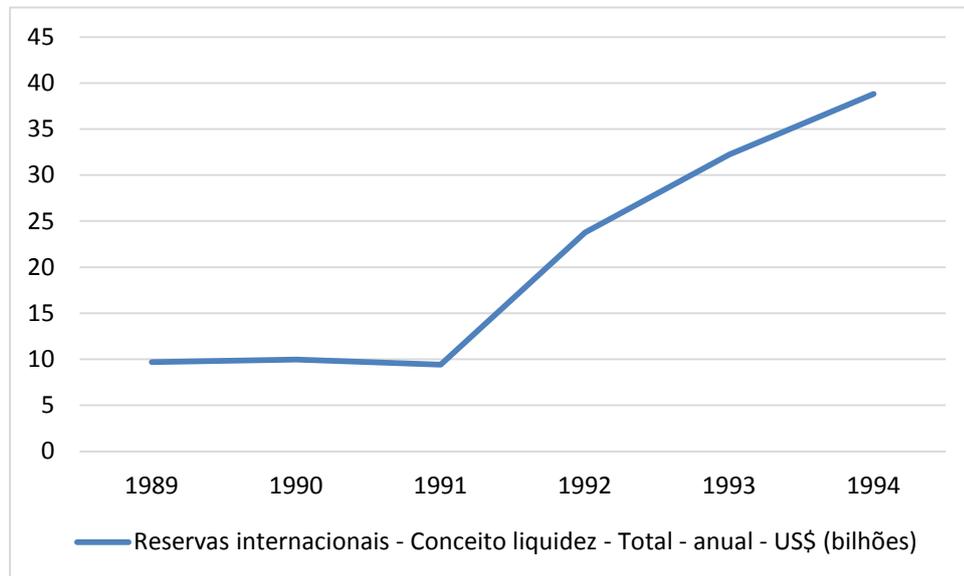


Fonte: Banco Central/FGV. Elaboração própria.

Apontar-se-á também como um dos principais desdobramentos do Plano Collor a entrada de capitais durante o período de 1991 a 1993 que fez com que o volume das reservas internacionais aumentasse significativamente, como aponta o Gráfico 8, alcançando aproximadamente o valor de US\$ 40 bilhões. O montante das reservas permitiu posteriormente o suporte para o lançamento do Plano Real (PINHEIRO; GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ, 1999).

Gráfico 8

Reservas internacionais - Conceito liquidez - Total - Anual - US\$ (bilhões)



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Analisando de forma geral o intervalo entre 1990 e 1994, é possível verificar, de acordo com a Tabela 3, que ao início do primeiro ano as taxas de crescimento do PIB mostravam resultados negativos, e ao final do período selecionado encontrava-se em 5,9%, demonstrando crescimento significativo. Quanto à balança comercial, nota-se o saldo comercial positivo, com enfoque para o ano de 1992, em que o saldo comercial teve o seu valor mais expressivo – em torno de 15 bilhões de dólares –, em grande parte por conta das exportações que atingiram US\$ 35,8 bilhões naquele ano, devido especialmente à siderurgia (MOREIRA, 1999).

Tabela 3

Crescimento do PIB (%), Exportações (US\$ bi), Importações (US\$ bi) e Saldo Comercial

	1990	1991	1992	1993	1994
Crescimento do PIB (%)	-4,3	1	-0,5	4,9	5,9
Exportações (US\$ bi)	31,4	31,6	35,8	38,6	43,5
Importações (US\$ bi)	20,7	21	20,6	25,5	32,7
Saldo Comercial	10,7	10,6	15,2	13,1	10,8

Fonte: IBGE, Banco Central e IPEA. Elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender as ações que motivaram o Plano Collor, deve-se levar em conta as circunstâncias do contexto nacional brasileiro no início da década de 90. Tratava-se da herança das gestões anteriores, nas quais foram elencadas neste estudo a hiperinflação, o financiamento da dívida pública que deixou as contas do governo em situação crítica, a alta liquidez do mercado e a moeda indexada.

A partir desta ótica, as severas ações realizadas por Collor podem ser interpretadas de forma mais compreensível, pois o objetivo principal de seu mandato estava destinado a solucionar o problema econômico da inflação que dominava o país. Constatou-se neste artigo que as medidas aplicadas anteriormente aos Planos Collor I e II, não obtiveram êxito, como, por exemplo, o Plano de Metas na década de 50, a correção monetária junto às outras políticas de estabilização atreladas ao PAEG durante a ditadura, o Plano Cruzado, entre outros. O insucesso das tentativas anteriores restringiu o leque de escolhas que o então presidente poderia ter seguido.

No Plano Collor I fez-se necessário o confisco das poupanças, visto como uma nova saída para tentar frear a inflação e estabilizar a economia. Seu principal foco - a atitude que foi mais criticada e polêmica do Plano Collor I - tinha como finalidade fazer com que as pessoas que aproveitavam os juros altíssimos dos rendimentos com os haveres financeiros, não guardasse toda ou maior parte de sua renda nos bancos. Mesmo optando por essa medida extrema, não se obteve sucesso; sendo assim, Collor propôs o congelamento de preços, que não foi respeitado pela população e trouxe a falta de credibilidade ao programa.

Sendo assim, concluímos que Fernando Collor buscou intervenções econômicas, ainda que tidas como drásticas para tentar sanar os agravantes que perduravam no cenário nacional brasileiro, mas, os resultados descritos anteriormente não alcançaram a meta que havia sido estipulada na proposta inicial. Ainda que houvesse cortes nos gastos públicos e modernizações para a aceleração do crescimento da indústria tenham sido feitas, é importante frisar que o fracasso dos planos mostrou que medidas radicais para estagnar a inflação não foram eficazes como ferramenta de controle dos agentes da economia, dada a complexidade da situação econômica em que o país se encontrava.

A fim de complementar as análises feitas, sugerimos que haja uma maior imersão no tema por outros pesquisadores, haja visto tratar-se de um período superior a 2 anos de governo e que não limita-se as ações pautadas nesse artigo. Por tratar-se de um fato histórico se faz propício contemplar de forma mais ampla e detalhada a esfera econômica no período retratado – pauta principal desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova econ.**, Belo Horizonte , v. 16, n. 1, p. 101-134, Abril. 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000100003&lng=en&nrm=iso; Acesso em 09/05/2017.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O Plano Collor no debate econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, Sp, v. 11, n. 1, p.112-151, 2000. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11991/8683>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago de and CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2014, vol.34, n.1, pp.103-119. ISSN 0101-3157. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572014000100007>

ECONOMIA monetária e financeira: teoria e política. Coautoria de Fernando J. Cardim de Carvalho. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus: Elsevier, 2015. 423 p., il. ISBN 9788535280777 (broch.).

EICHENGREEN, Barry. The Capital Levy in Theory and Practice. NBER Working Paper Series, Massachusetts, p. 1-2, set. 1989. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w3096.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2017

GIAMBIAGI, Fabio et al. Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 131-165 p.

IPEA. Investimento direto estrangeiro. 2006. Ano 3 . Edição 22 - 5/5/2006. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2103:catid=28&Itemid=23>. Acessado em 05/10/2017.

J Serra, GHB Franco - A economia pós-Plano Collor II. Rio de Janeiro: LTC, 1991. Disponível em: <<http://gustavofranco.com.br/uploads/files/Capítulo%207%20-%20planos%20heterodoxos2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017

KERECKI, Marcio; SANTOS, Miguel dos. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): do Milagre Econômico ao fim do sonho. **Revista Historiador**, S.l., v. 2, n. 2, p.183-188, dez. 2009. Mensal. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/dois/miguel.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MOREIRA, Maurício Mesquita. O Desempenho A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer? **A Economia Brasileira nos Anos 90**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.293-325, jan. 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A_economia_brasileira_nos_anos_90_P.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

NOIJE, Paulo Van. Econ. soc., v.23, n.3, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182014000300001>>. Acesso em: 29 out. 2017.

NOVELLI, José Marcos Nayme. **Inflação e desinflação: coalizões, conflitos e instituições no Brasil e em outros países**. 2007. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Cap. 4. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280945/1/Novelli_Jos_eMarcosNayme_D.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

PAULA, Nilson Maciel de; MAZZETTO, Terezinha Saracini Ciriello. Os fluxos de IDE no Brasil nos anos 1990: uma revisão de literatura à luz das transformações em curso. **Revista de Economia Política**, S.l., v. 31, n. 3, p.370-380, jul./set. 2011. Trimestral.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: primeiro plano Collor. **Revista de Economia Política**, S.l., v. 11, n. 4, p.89-114, out./dez. 1991. Trimestral

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. **A Economia Brasileira nos Anos 90**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1,

p.11-41, jan. 1999. Disponível em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A_economia_brasileira_nos_anos_90_P.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SINGER, Paul. Uma crítica técnica do Plano Collor. **Revista de Economia Política**, S.l., v. 10, n. 3, p.139-140, jul./set. 1990. Trimestral. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/39-9.pdf>> acessado em 08/10/2017

VARASCHIN, Jorge. Para além do populismo: governo João Goulart e a crise do modelo trabalhista de política econômica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, S.l., v. 42, n. 42, p.[123-146](#), out./jan. 2015-2016. Disponível em:
<<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/142>>. Acesso em: 15 out. 2017.

VELASCO JUNIOR, Licínio. Privatização: Mitos e Falsas Percepções. **A Economia Brasileira nos Anos 90**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.180-213, jan. 1999. Disponível em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A_economia_brasileira_nos_anos_90_P.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.